

AS RELAÇÕES BRASIL-CHILE: o pacto ABC de 1915

Adelar Heinsfeld*

Resumo: A partir de 1904, quando Rio Branco ocupava o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, iniciou-se a negociação para a efetivação de um **Tratado de Cordial Inteligência Política entre os Estados Unidos do Brasil, a República do Chile e a República Argentina**. Este tratado que ficou conhecido como Pacto ABC foi negociado por Rio Branco com representantes argentinos e chilenos até a sua morte (1912); a negociação continuou na gestão de Lauro Müller até 1915, quando então o mesmo foi assinado. Por razões diversas o Pacto do ABC não foi ratificado, permanecendo como letra morta. O objetivo oficial do Pacto ABC era a manutenção da paz no Cone Sul da América. No entanto, trabalhamos com a hipótese de que a diplomacia brasileira pretendia isolar a Argentina no concerto das nações sul-americanas e impedir que ela continuasse a exercer influência sobre os demais países da região. Era necessário impedir que a Argentina conquistasse a supremacia na América do sul, para, posteriormente, o Brasil conquistá-la. Neste sentido, o Chile desempenharia um papel fundamental, como o fiel da balança.

Palavras-chave: Pacto ABC – diplomacia – supremacia

Abstract: Since 1904, when Rio Branco was the Minister of International Relationship in Brazil, had began a negotiation to the accomplishment of a **Treaty of Friendly Intelligence Policy between United States of Brazil, the Republic of Chile and the Republic of Argentina**. This treaty, that was known as Pact of ABC, was negotiated by Rio Branco with Argentine and Chilean representatives until his death (1912); the negotiation continued in Lauro Müller's management until 1915, when then it was signed. For different reasons the Pact of ABC was not ratified, remaining as a dead letter. The official objective of the Pact was the conservation of peace in America's Southern Cone. However, we work with the assumption that Brazilian diplomacy wanted to isolate Argentina on South America nation's concert and prevent it to continued to influence among other countries in region. It was necessary to prevent that Argentina conquered supremacy on South America, so that, lately, Brazil conquered it. Therefore, Chile would play a primal role, as a loyal balance.

Key words: Pact of ABC – diplomacy - supremacy

Quando Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores, em 1902, em seu “projeto” geopolítico algumas de suas ações foram tomadas com o objetivo de buscar prestígio no cenário internacional e proporcionar a projeção continental do Brasil. Dentre estas ações destaca-se a proposta para um **Tratado de cordial inteligência política e de arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil, a República do Chile e a República Argentina**, apresentado por ele em fevereiro de 1909. Esse projeto teve como antecedente uma proposta elaborada no Chile em 1907 e terá como desdobramento final, a assinatura de

* Doutor em História. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo-RS

um Tratado entre os três países em maio de 1915, quando Lauro Muller respondia pelo Ministério das Relações Exteriores.

Rio Branco já preconizava uma política de aproximação entre as três maiores repúblicas da América do Sul desde o início da sua gestão no Ministério das Relações Exteriores. Ao escrever a Joaquim Nabuco, provavelmente de 1902, afirmava: “Faço votos para que seja eterna, e cada vez mais estreita, a amizade entre a Argentina, o Brasil e o Chile”. (BUENO, 2002: 376)

Em 1904, Rio Branco inicia a discussão, conforme o Ministro argentino no Rio de Janeiro, Manuel Gorostiaga, informa seu governo.¹ Na época, o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Carlos Rodriguez Larreta, afirmou ser impossível dar uma resposta imediata e orientou seu representante a conhecer melhor o objetivo de Rio Branco: “procure obtener que esplaye sus ideas para medir con exactitud los fines que se propone y sobre todo los medios de que podriamos disponer para realizarlos.”²

O temor da intervenção Argentina nos países vizinhos é demonstrado por Rio Branco ao escrever para Joaquim Nabuco em Washington: “a estreita amizade entre o Brasil e o Chile tem servido para conter as suas veleidades de intervenção franca no litígio chileno-peruano, no que tivemos com a Bolívia e no que ainda temos pendente com o Peru”.³ Ao mesmo tempo, países vizinhos temiam um acordo entre os três maiores países da América do Sul, pois segundo Nabuco, de acordo com o secretário de Estado Norte-americano, Elihu Root, “peruanos estão muito aflitos – disturbed – com notícias [sobre] aliança entre Brasil, Argentina e Chile, receando [que] lance todo peso desses países contra eles [na] questão Tacna Arica.” (BUENO, 2003: 291)

No Cone Sul, um dos aspectos principais da política de Rio Branco apoiou-se sobre a tradicional rivalidade chileno-argentina. Esse era o fundamento do projeto de entente ABC que, sem jamais se consumir formalmente, orientou os passos da chancelaria brasileira e chegou a causar temores no Peru. (MAGNOLI, 1997: 221)

O sentido dessa entente transparecia nos despachos diplomáticos reservados oriundos do Itamaraty, nos quais se explicitava a intenção de manobrar com o Chile para circunscrever as pretensões argentinas de intervenção no litígio peruano-chileno e nas questões da fronteira amazônica brasileira envolvendo a Bolívia e o Peru. Para acentuar o isolamento argentino, Rio Branco buscava a aproximação com o Paraguai e, especialmente, com o Uruguai.

¹ AMREC (Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto). Nota 159 - da Legação Argentina no Rio de Janeiro, 23.10.1904.

² AMREC, Nota 244 - à Legação Argentina no Rio de Janeiro, 03.11.1904 (Sublinhado no original).

³ AHI. Despacho – reservado – à Embaixada em Washington, 31.03.1906.

O presidente argentino Julio Rocca era partidário de uma aproximação com o Brasil. Seu sucessor Manoel Quintana, para Rio Branco, não tinha as mesmas idéias e achava “preferível estreitá-las com o Peru, para conseguir no Pacífico um ponto de apoio contra o Chile. Se for assim, ficará subsistindo a nossa antiga e cordial inteligência com o Chile.”⁴

Em relação á questão territorial, motivo de litígio entre Chile e Perú, Rio Branco tem uma posição bastante clara:

questão Tacna-Arica deve ser considerada pelo Peru como a França considera a da Alsácia, isto é, questão perdida. [...]Chile, apertado entre a Cordilheira e o mar, precisa desse território não assim o Peru que dispõe de vastíssimo território mesmo sem contar os mui vastos que reclama da Bolívia, Brasil, Equador e Colômbia. O Peru, desde 1904, jacta-se de ter não só a amizade mas o apoio dos Estados Unidos.⁵

O Brasil também tinha pendências lindeiras com o Perú e a Colômbia. Por isso sua preocupação: “Perante árbitros hispano-americanos estaríamos sempre mal, o Brasil, o Chile, os Estados Unidos. O propósito dos dois governos – peruano e colombiano -, “talvez apoiados pelo da Argentina, é arrastar-nos a decisões contrárias aos princípios que temos sustentado. O mesmo pensamento existe contra o Chile na questão de Tacna e Arica.” O mais preocupante, é que “a Argentina sustenta o Peru.”⁶ Mais de três anos depois, Rio Branco volta ao assunto: “Importa muito que nos não indisponhamos, Brasil e Chile, com a Argentina por causa desta questão. Chile precisa da neutralidade na questão de Tacna e Arica e o Brasil na questão do Acre.”⁷

Na pendência entre Chile e Perú, a diplomacia brasileira tentou fazer a mediação.

O que desejamos nesta delicada conjuntura é prestar serviço de amizade a Chile e concorrer, se for possível, para que desapareçam os perigos e complicações que a questão pendente póde trazer [...] Se surgirem mais tarde complicações desagradáveis para Chile, estaremos prontos, como amigos leais, para de novo sugerir, em ocasião talvez mais oportuna, e ao primeiro sinal que nos dê Chile, esta mesma solução prudente e, a meu ver, satisfatória e honrosa.⁸

Em outubro de 1907, em Santiago, o ministro das relações exteriores do Chile, Puga Borne e o ministro plenipotenciário argentino no Chile, Lorenzo Anadón, redigiram o esboço de uma proposta de tratado, objetivando uma aliança militar defensiva, em caso de agressão externa não provocada, a equivalência das forças navais, a busca de adesão de outros

⁴ AHI. Despacho para a Legação em Buenos Aires, 22.02.1905.

⁵ AHI. Despacho nº 2, à Embaixada brasileira em Washington, 05.01.1908.

⁶ AHI. Despacho nº 1, à Embaixada brasileira em Washington, 10.03.1906.

⁷ AHI. Despacho nº 7 – reservado - à Legação brasileira em Santiago, 01.08.1909.

⁸ AHI. Despacho nº 7 – reservado – à Legação brasileira em Santiago, 26.03.1910.

países do continente, e a proibição de assumir compromissos com outros países sem o conhecimento dos parceiros.

Pouco tempo depois, Rio Branco comunicava a Joaquim Nabuco em Washington, que o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Estanislau Severo Zeballos trabalhava no sentido de estabelecer uma tríplice aliança defensiva, mas que tinha como objetivo fazer o Brasil reduzir as encomendas navais. No caso da concretização da sua proposta de aliança, não haveria o que temer: “estaremos em maioria o Brasil e o Chile” e, o que era mais importante, estaria atingindo seu objetivo, uma vez que o pacto “serviria para conter por conselho as continuadas imprudências argentinas e *veleidades de hegemonia e intervenção em negócios alheios.*”⁹

Em relação à proposta formulada em 1907, Zeballos a recebeu muito mal, por que constava o nome do Brasil; só aceitava um pacto se fosse suprimido o nome do Brasil. Não sendo assim, a Argentina saberia viver isolada e trataria de aumentar seus armamentos.¹⁰ Por isso Rio Branco afirmava que “não há cordialidade possível entre o Brasil e o Chile de um lado, e a Argentina, de outro, enquanto Zeballos for ministro influente. Conhecemos sentimento dele para conosco e seus projetos, e temos até provas escritas.”¹¹ Na opinião de Rio Branco, o propósito de Zeballos “como disse a íntimos, não era promover a tríplice aliança Brasil-Argentina-Chile, mas sim separar o Chile do Brasil.”¹²

Em fevereiro de 1909, Buga Borne, agora na condição de ex-ministro, em missão confidencial autorizada pelo seu presidente, Pedro Montt, tenta fazer com que a diplomacia brasileira se empenhasse para um acordo de cordial inteligência entre Argentina, Brasil e Chile e entrega à Rio Branco outro esboço de um pacto.

Rio Branco declara à Puga Borne que, embora o interesse do Brasil, tendo em vista a campanha anti-brasileira existente em Buenos Aires para a compra de armamentos, “não nos ficava bem dar passo algum para a aproximação política que tanto desejávamos”. Entretanto, Rio Branco afirmava que “para ser agradável ao Governo Chileno, e apesar de me parecer prematuro tratar agora da realização de um acordo político que o atual governo argentino parecia não desejar com o Brasil, eu ia formular, sobre as bases apresentadas, o projeto que prometera á nossa Legação no Chile.”¹³

⁹ AHI. Despacho 2- à Embaixada Brasileira em Washington, 05.01.1908 (grifo nosso).

¹⁰ Id. Ibid.

¹¹ Id. Ibid.

¹² AHI. Telegrama nº 9, à Legação brasileira em Santiago, 17.06.1908.

¹³ AHI. Despacho nº 1 – reservado - à Legação em Buenos Aires, 26.02.1909

Em relação à proposta de 1907, o novo esboço apresenta algumas inovações: a preocupação com a manutenção da paz e o estímulo ao progresso na América do Sul, bem como a regulamentação dos procedimentos sobre declaração de guerra. Rio Branco apresenta também uma proposta de Pacto de Cordial Inteligência, em cujo preâmbulo definia como objetivo geral “consolidar as boas relações que felizmente existem entre elas [as nações participantes]. A proposta era composta de 13 artigos. De uma forma resumida, os objetivos do pacto eram “assegurar a paz e a estimular o progresso na América do Sul”, defendendo “interesses vitais, a independência, a soberania ou a honra dos Estados contratantes.” No caso de desinteligências graves entre os três países, o recurso às armas somente poderia ser considerado depois de esgotados todos os recursos diplomáticos e a parte ofensora teria ainda seis meses para se justificar; na eventualidade de um ataque militar, haveria a necessidade de prévia declaração de guerra. Nenhum dos três países poderia formalizar aliança com outra potência contra um dos Estados contratantes. Os países membros estavam obrigados “a impedir por todos os meios ao seu alcance que no seu território se armem e reúnem imigrados políticos ou se organizam expedições para promover ou auxiliar desordens ou guerras civis no território de alguma das outras duas” ou no território de qualquer outro país não signatário do acordo. No caso de insurreição num dos países, os outros não consentiriam nenhuma espécie de comércio com os insurgentes e se estes se asilassem no território de um deles, teriam que ser desarmados. Ocorrendo perturbação da ordem pública em qualquer país limítrofe, os três tomariam conjuntamente as medidas cabíveis para debelar a desordem.

Rio Branco afirmava que se o governo argentino aceitasse o projeto brasileiro, apresentado como proposta chilena, “teremos todos a ganhar e muito especialmente o Chile e o Brasil, por que assim, impedimos que desrespeitada, a Argentina busque de novo a aliança com o Perú, país com que o Brasil e o Chile têm de resolver proximamente questões de máxima importância.” Fazendo parte de um acordo de “cordial inteligência” a Argentina ficaria impossibilitada de interferir em questões que envolviam outros países da região. Com o acordo, havia a esperança de que “a Argentina se conserve neutra e não procure embarçar-nos na questão do Território do Acre, nem ao Chile na de Tacna e Arica.” Não haveria mais o que temer, pois “nesse concerto das três Potências estaremos sempre em maioria o Brasil e o Chile.” Procedendo com tato, Brasil e Chile, poderiam “conter sempre ou quase sempre os desvios inamistosos que premedite o Governo Argentino.” Na pior das hipóteses, com a negociação do tratado, - promovida pelo Chile e não pelo Brasil, - ou com a desleal execução do mesmo pela Argentina, “teremos a vantagem relativa de ir ganhando tempo para

reconstituir as nossas forças de terra e mar e colocar-nos em um pé respeitável de defesa.”¹⁴ Rio Branco lembrava que “pensamos que o Chile não se deve demorar em encomendar bons navios e aumentar os seus elementos de defesa em terra.”

O bom relacionamento com o Chile deveria ser mantido a todo custo, em que pese a “insidiosa invenção dos inimigos do Brasil, desejosos de semear desconfianças que nos separassem do nosso antigo amigo, o Chile”. A preocupação com os ditos inimigos era que estes poderiam “abalar a nossa perfeita cordialidade com o Chile, a qual é considerada pelo Governo Federal como uma conveniência ou mesmo uma necessidade da nossa política internacional.” Lembrava o Ministro Plenipotenciário brasileiro que as instruções de Rio Branco sempre alertavam “sobre a conveniência política de manter-se acima de tudo, a nossa amizade com o Chile”.¹⁵

Enrique Lisboa, ministro plenipotenciário, traçava um panorama da situação, tomando por base o pensamento do Ministro das Relações Exteriores do Chile, Balmaceda, que disse “estar persuadido de que a atitude do Governo argentino respondia a um sentimento de *sympatia* pelo Peru.” Brasil e Chile fazendo acordo com a Argentina, “faria perder ao Peru a única *sympatia* e o único apoio moral que encontra na América do Sul”.¹⁶

Quando houve a troca de ministros no governo chileno, o representante diplomático brasileiro em Santiago informa que o novo ministro das Relações exteriores, Sr. Agustín Edwards, considera Rio Branco o maior estadista da América, e que tinha elevado o Brasil à categoria de Potência de Primeira Ordem.¹⁷

Em novembro de 1909 o Brasil aproveitou para demonstrar que estava do lado do Chile. A empresa norte-americana Alsop & Co. havia obtido do governo boliviano direitos de mineração em território que, devido à Guerra do Pacífico (1880-1883) fora transferido para o Chile e que não reconheceu aqueles direitos. Os EUA deram ao Chile um *ultimatum*: teria dez dias para pagar uma indenização de um milhão de dólares. Procurado pelo representante do governo chileno, Rio Branco resolve assumir a defesa do país aliado. Neste sentido, orienta Nabuco a agir em Washington, junto ao Secretário de Estado, Elihu Root. “Não posso compreender que uma reclamação pecuniária desta natureza valha mais que a política pan-americana.”¹⁸ Ao Embaixador norte-americano no Brasil, Irving Dudley, inclusive ameaçou romper relações diplomáticas com os EUA, declarando que “seria uma pena perder o fruto do

¹⁴ AHI. Despacho 2 - reservado - à Legação Brasileira em Buenos Aires, 26.02.1909.

¹⁵ AHI. Ofício nº 1-confidencial-da Legação brasileira em Santiago, 18.01.1909.

¹⁶ AHI. Ofício nº 3 – reservado – da Legação brasileira em Santiago, 11.03.1909. (Enrique Lisboa)

¹⁷ AHI. Ofício nº 19-da legação brasileira em Santiago, 25.06.1909.

¹⁸ AHI. Telegrama - à Embaixada Brasileira em Washington, 21.11.1909.

trabalho de tantos anos. As ofensas ao amor-próprio nacional de um povo dificilmente podem ser esquecidas.”¹⁹ Para facilitar sua atuação, procurou conter a imprensa brasileira para não atacar os EUA.²⁰

Para solucionar a controvérsia, o Chile propôs o arbitramento do Brasil que foi recusado pelos EUA.²¹ Segundo Rio Branco: “Falei calorosamente pelo Chile.” Na preocupação de manter o Chile como aliado, afirmava: “Estimarei saber qual foi o amigo dos dias difíceis que fez mais ou mesmo tanto.” Na sua opinião, jornais chilenos estavam sendo injustos, desviando a simpatia que o Brasil tinha junto a opinião pública há muitos anos. Lembrava, por outro lado, que o **La Prensa** de Zeballos “que tanto nos intriga” aconselhou o governo argentino a neutralidade no conflito.²²

Graças à ação diplomática brasileira, secundado pela argentina, os EUA recuaram e não executaram o *ultimatum*. A questão foi submetida ao arbitramento internacional do Rei da Inglaterra, Eduardo VII.

De Buenos Aires, Domício da Gama informava que parte da imprensa tratou o caso com menosprezo e petulância: “solução satisfatória de conflito internacional violento, graças aos passos que em boa hora V. Ex^a deu para modificar a decisão tomada pelo Governo dos Estados Unidos.” Para Domício da Gama, a Questão Alsop representou uma grande vitória diplomática brasileira, resultando em que “os jornaes se constangem para encarecer o serviço que com a sua intervenção em Washington o governo Brasileiro prestou ao Chile.”²³

O ministro Plenipotenciário do Brasil em Santiago, Gomez Ferreira, reproduz palavras do Ministro das Relações Exteriores chilenas, que “diz Chile nunca esquecerá inestimável serviço prestado por Brasil nesta emergência”²⁴ Salientava também que toda imprensa menciona parte especial tida por Brasil na feliz solução.²⁵

Mesmo assim Rio Branco estava apreensivo: telegrama de Buenos Aires dizia que jornal **Unión**, de Santiago, afirmava que não deveria se esquecer bons ofícios de Zeballos que demonstrou sua simpatia por Chile, sendo o primeiro comunicar ao chanceler chileno a cessação do conflito. Ao saber disso, solicitava à Gomez Ferreira: “Diga-me urgente se Unión publicou isso ou se é composição feita em Capital Argentina.” Rio Branco não conseguia admitir: “Como é que Zeballos pode comunicar antes do Brasil factível que Brasil foi

¹⁹ AHI. Telegrama - à Embaixada Brasileira em Washington, 22.11.1909.

²⁰ AHI. Telegrama - à Embaixada Brasileira em Washington, 25.11.1909.

²¹ AHI. Ofício nº 31 – reservado - da Legação brasileira em Santiago, 29.11.1909.

²² AHI. Telegrama à Legação brasileira em Santiago, 24.11.1909.

²³ AHI. Ofício 23 - reservado - da Legação brasileira em Buenos Aires, 29.11.1909.

²⁴ AHI. Telegrama à Legação brasileira em Santiago, 25.11.1909.

²⁵ AHI. Ofício nº 29 – reservado - da Legação brasileira em Santiago, 30.10.1909

primeiro saber e não perdeu tempo em comunicar?”²⁶ Ao responder, o diplomata brasileiro em Santiago tranquilizava o poderoso ministro. Realmente o jornal **Unión** havia publicado algo neste sentido; no entanto, depois afirmou que tudo se resolveu graças ao Brasil, sem mencionar a Argentina. Segundo Gomez Ferreira, aquele era um dos jornais “mais expressivos em demonstrações ao Brasil e ao prestígio e poder de vocencia.”²⁷

A questão Alsop serviu para fortalecer as relações Brasil-Chile. Gomez Ferreira comunica a Rio Branco que pelas “demonstrações da imprensa chilena ficou bem expressa no ânimo público a parte decisiva tida pelo Brasil na solução do conflito. E a satisfação e reconhecimento que o ato amigável do Brasil suscitou, tenho eu podido verificar pessoalmente pelas expressões que me são dirigidas.”²⁸

Rio Branco morre sem ver concretizado o pacto ABC. Lauro Muller que o sucede no ministério vai dar continuidade às negociações e o acordo é assinado em 1915. Em relação à proposta formulada por Rio Branco em 1909, o tratado firmado em 1915 não tinha o caráter de aliança, nem tratou de questões relativas ao desarmamento dos países signatários. Apenas determinou que controvérsias surgidas e que não pudessem ser resolvidas diplomaticamente ou através do arbitramento, teriam que ser submetidas à investigação de uma comissão permanente, que se constituiria na cidade de Montevideú, antes da tomada de qualquer medida de hostilidade. Também não demonstrou preocupação com possíveis insurreições que pudessem acontecer em um dos países signatários ou nos países vizinhos.

O acordo firmado em 1915 teve a aprovação dos Congressos Nacionais do Brasil e do Chile. No entanto, na Argentina, o Senado aprovou e a Câmara dos Deputados rejeitou. Assim, o tratado foi invalidado.

Luis Tamini, contemporâneo do Pacto ABC, considerou o mesmo prejudicial à Argentina, pois limitaria a liberdade de movimento do país no cenário internacional sul-americano. Para ele, Rio Branco tinha uma grande preocupação em relação à Argentina: “*Como atar las manos de esta nación tan nerviosa que cree en su porvenir, que con su admirable progreso ha ilustrado ya su nombre en el mundo?*” Na sua concepção, “*firmado el A.B.C., que debiera escribirse con a. minúscula y B. y C. mayúscula, los dos amigos Chile y el Brasil, sabrían pesar sobre las ambiciones históricas de la Argentina, sobre sus veleidades de expansión política y sabrían reducirla en los momentos propicios á ‘quantité negligible.’*” (TAMINI, 1912: 216)

²⁶ AHI. Ofício nº 29 -reservado-da legação brasileira em Santiago, 30.10.1909 (telegrama, 27.11.1909)

²⁷ AHI. Ofício nº 29 -reservado-da legação brasileira em Santiago, 30.10.1909 (telegrama, 28.11.1909)

²⁸ AHI. Ofício nº 29 -reservado-da legação brasileira em Santiago, 30.10.1909

Mario Rapoport diz que na Argentina o Pacto ABC não teve suficiente apoio por que contrariava a tradicional política de igualdade e solidariedade americanas, que provocaria profundas desconfianças nos demais países sul-americanos. Para este autor, o fracasso do ABC era evidente:

Enquanto Brasil e Chile buscavam construir uma coincidência de interesses no Cone Sul, em harmonia com o pan-americanismo norte-americano, a Argentina buscava desligar-se desses compromissos, esgrimindo princípios continentais igualitários, para evitar uma hegemonia regional subsidiária da norte-americana. (RAPOPORT, 1998: 250)

Para outro autor, Miguel Angel Scenna, a análise tem que ser feita sob o ponto de vista da geopolítica:

“Geopolíticamente, la Argentina corre el riesgo de ser apretada por una alianza entre Rio de Janeiro y Santiago de Chile. A su vez el Chile es uno de los dos países de “fronteras discontinuas”, que los convierten en aliados potenciales contra el común país limítrofe, y una de las constantes de la cancillería chilena há sido atraer a Rio de Janeiro contra Buenos Aires”.²⁹(SCENNA, : 281)

Para o jornal **La Prensa**, de Buenos Aires, o único beneficiado com o tratado do ABC era o Chile, que tinha problemas fronteiriços com a Argentina. “Si es cierto que ni la Argentina, ni el Brasil no necesitan de él para desenvolverse libremente, ni para su soberanía, nos parece que Chile puede prescindir en adelante de ese “deus ex machina” que mueven ciertos soñadores de poemas.” Ao invés de ficar imaginando alianças “¿por qué no nos esforzamos los países australes de la América en hacer más intensos los sentimientos de paz y en robustecer los vínculos comerciales?”³⁰

O isolamento que a Argentina ficaria submetida ficou patente quando até o jornal **La Nación** expressou o sentimento existente no país em relação ao ABC; sua aprovação obrigaria a Argentina “a marchar a remolque del Brasil y de Chile”.³¹

Como conclusão, podemos reportarnos a dois autores: Vivian Trias já chamou a atenção de que, numa política de alianças, com o objetivo oficial de manter um equilíbrio de poder, na realidade está se buscando “un instrumento para contener, trabadas, las energías de las potencias rivales y poder disponer, libremente, de las propias.” (1967: 88); Guillermo Miguel Figari, ao analisar o Tratado do ABC deixa registrado que “ante la imposibilidad de vencer, no había otro camino que negociar.” (1993: 152)

²⁹ SCENNA, M. A. Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad.p. 281.

³⁰ “El asunto del A.B.C.” **La Prensa**, 24.04.1912.

³¹ “El Tratado del ABC.” **La Nación**, 18.11.1916.

Rio Branco ao propor este acordo tinha um objetivo geopolítico bem definido: isolar a Argentina no concerto das nações Sul-americanas e impedir que ela continuasse a exercer influência sobre os demais países da região. Para isso, era necessário manter o Chile como aliado incondicional, para que numa aliança entre os três países, o Chile fosse o fiel da balança.

Referências

- BUENO, Clodoaldo. O Barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul. In: CARDIN, Carlos Henrique & ALMINO, João (Org.). *Rio Branco: a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002.
- BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- FIGARI, Guillermo Miguel. *Pasado, presente y futuro de la política exterior argentina*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1993.
- HEINSFELD, Adelar. *As ações geopolíticas do barão do Rio Branco e seus reflexos na Argentina*. Porto Alegre: PUCRS (Tese de doutoramento), 2000.
- MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP; Moderna, 1997;
- TAMINI, Luis B. A.B.C. ó a.B.C. *Revista de Derecho, Historia y Letras*. Buenos Aires, Año XV, T. XLII, 1912, p. 216.
- RAPOPORT, Mario. Os países do Cone Sul e as grandes potências. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (Orgs.) *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed.UnB, 1998.
- SCENNA, M. A. *Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: La Bastilha, 1975.
- TRIAS, Vivian. *Imperialismo y Geopolítica en America Latina*. Montevideo: Ediciones El Sol, 1967.